

Plano nacional apóia união de homossexuais

Fernando Henrique vai anunciar na segunda-feira projeto de direitos humanos

EDSON LUIZ

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso vai anunciar na segunda-feira uma versão atualizada do Plano Nacional de Direitos Humanos, com diversas inovações. Pela primeira vez, o governo assume a intenção de apoiar a união de pessoas do mesmo sexo, a mudança do registro civil para os transexuais e de tirar do Código Penal Militar a palavra "pederastia". Além disso, avança em outros aspectos: defende os programas de apoio aos profissionais do sexo e sugere ainda a redução da carga tributária dos alimentos básicos, para permitir o acesso mais fácil pela população carente.

Essa versão é bem diferente da do primeiro plano, lançado há seis anos pelo presidente, em uma solenidade realizada também no dia 13 de maio, pouco depois da morte de 19 sem-terra em confronto com a Polícia Militar Eldorado do Carajás (PA). Desta vez, todas as propostas foram obtidas por meio de consultas em seminários regionais e pela Internet, além de sugestões colhidas nos ministérios e órgãos ligados à área social. Mas o aspecto mais inovador do plano é que aborda temas considerados polêmicos.

O novo Plano Nacional dos Direitos Humanos promete apoiar a regulamentação da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo e a regularização da lei que permite a mudança de registro civil para os transexuais. O próximo censo demográfico, provavelmente em 2010, segundo o plano, terá dados oficiais sobre orientação sexual.

Ainda dentro da linha de apoio aos projetos benéficos às minorias, o plano prevê a criação de meios de informação para turistas estrangeiros sobre a legislação do País que coíbe a exploração sexual.

Outras inovações se relacionam às mulheres, que terão cursos voltados para a capacitação política. A intenção é incentivar o preenchimento da cota de candidatos a cargos eleitos reservada para o sexo feminino.

As mulheres também passam a ser consideradas chefes de família para a aquisição da

casa própria. O plano prevê ainda salários para as mães não amparadas pela Previdência.

Minorias – As agências de publicidade terão de evitar a classificação de raças de forma depreciativa e os órgãos oficiais serão incentivados a usar representantes dos diversos grupos étnicos em seus anúncios.

O plano também prevê a elaboração de projetos educativos destinados aos ciganos, ao mesmo tempo em que fará uma revisão dos livros escolares onde haja termos depreciativos contra eles. Para os idosos, o novo programa do governo vai estimular que eles tenham passe livre no transporte público usando apenas um documento de identidade.

O governo se compromete ainda a reduzir o índice de analfabetismo, elevando a média de tempo de estudos e incentivando o uso de computadores e Internet entre as comunidades carentes. Em outro capítulo, considera o aborto como tema de saúde pública, garantindo que ele seja feito na rede oficial nos casos previstos em lei. Prevê também programas educativos de planejamento familiar e dos métodos anticoncepcionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, propõe a

realização de estudos dos efeitos dos alimentos transgênicos na população.

O programa também faz menção aos sem-terra, garantindo prioridade aos assentamentos das áreas ocupadas e prevendo medidas contra a violência no campo. Também sugere aumentar penas e multas para quem se utiliza de trabalho forçado e cria um grupo especializado da Polícia Federal para combater esse tipo de crime.

"O mais importante deste plano é que, além de tudo, foi feito pela sociedade", afirmou o secretário de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Paulo Sérgio Pinheiro. Segundo ele, temas como o dos ciganos nunca foram motivo de políticas governamentais. "Eles hoje fazem parte do nosso cotidiano, mas em alguns lugares são tratados com extremo preconceito semelhante à antiga Alemanha Oriental." O secretário garantiu que no programa estão contidas as fontes de recursos que o governo vai usar para pôr tudo em prática.

**MULHER
TERÁ CRÉDITO
PARA CASA
PRÓPRIA**

PRINCIPAIS ITENS

Plano aborda temas polêmicos

► **Homossexuais** – Apóia a união civil entre pessoas do mesmo sexo e o aperfeiçoamento da legislação no que se refere à discriminação sexual. Além disso, exclui a pederastia do Código Penal Militar. Também prevê programas de orientação familiar para evitar a discriminação dentro de casa

► **Saúde** – Aborto é considerado tema de saúde pública e os casos terão tratamento na rede pública, nos termos da lei. Além disso, serão mantidos os programas de planejamento familiar e de anticoncepcionais. O plano incentiva a produção de medicamentos genéricos

► **Licitações** – O governo prevê estudos para alterar a Lei das Licitações, garantindo às empresas que adotarem políticas de apoio a grupos discriminados, prioridade de contratação em caso de empate no processo licitatório

► **Alimentos** – Haverá estudos para a diminuição da carga tributária sobre alimentos, para beneficiar a população carente

► **Sexo** – Apoiar profissionais do sexo e instruir turistas sobre a legislação brasileira sobre a exploração sexual

► **Mulher** – O plano prevê aplicação de cursos de capacitação política para criar lideranças, com vistas ao preenchimento das vagas nas eleições, destinadas ao sexo feminino

► **Raças** – Os ciganos ganham um capítulo especial, no qual o plano prevê a expedição de registro de nascimento para filhos de ciganos, combate à discriminação nos livros escolares e mais apoio às comunidades. Além disso, garante lugar nas peças de propaganda oficial a pessoas de todas as raças existentes no País

► **Idosos** – Passam a ter, segundo previsão do plano, passe livre no transporte público usando apenas um documento de identidade. Todas as prefeituras terão de criar o "disque-íduo", serviço de orientação e para recebimento de denúncias

► **Presídios** – O governo vai incentivar que detentos fiquem em prisões próximas de suas residências. Além disso, "hierarquiza" os presídios, que serão classificados de acordo com a periculosidade do preso

► **Informação** – Todos terão, conforme prevê o plano, direito ao contraditório, a imparcialidade e o direito de resposta na veiculação de informações